

Julizar Barbosa Trindade Júnior

**O acordo de não
persecução civil na
ação de improbidade
administrativa**



De acordo com a Lei 14.230/2021

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2022

Copyright © 2022 by Julizar Barbosa Trindade Júnior

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

1218504

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

T833a

Trindade Júnior, Julizar Barbosa

O acordo de não persecução civil na ação de improbidade administrativa :
de acordo com a lei 14.230/2021 / Julizar Barbosa Trindade Júnior. -
Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2022.

288 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-519-1983-5

1. Improbidade administrativa - Legislação - Brasil. 2. Acordo de não
persecução civil. 3. Consensualidade. I. Título.

CDD 345.8102323

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução	1
1 Improbidade administrativa: apontamentos iniciais.....	3
1.1 Breve histórico legislativo da responsabilização por improbidade administrativa no Brasil.....	3
1.2 Significado jurídico-normativo da improbidade administrativa na Lei 8.429/1992.....	8
1.3 Improbidade administrativa e proporcionalidade: da improbidade formal à improbidade material	19
1.4 O direito à probidade administrativa e a face nociva da corrupção	24
2 Aspectos relevantes da ação de improbidade administrativa	33
2.1 A ação de improbidade administrativa na Lei 14.230/2021	33
2.2 A competência para processar e julgar a ação de improbidade administrativa.....	43
2.3 A legitimidade nas ações de improbidade administrativa.....	58
2.3.1 A participação da pessoa jurídica interessada (antes da Lei 14.230/2021)	63
2.3.2 A participação da pessoa jurídica prejudicada (após a Lei 14.230/2021).....	69
2.3.3 A participação do Ministério Público antes da (e após a) Lei 14.230/2021	77
2.3.4 A legitimidade passiva	80
2.4 A sentença de procedência na ação de improbidade administrativa e as cominações previstas no artigo 12 da Lei 8.429/1992	89

2.4.1 A perda de bens ou valores (na hipótese de prejuízo ao erário).....	96
2.4.1.1 A perda de bens ou valores (na ausência de prejuízo ao erário).....	99
2.4.2 O ressarcimento do dano	100
2.4.3 A multa civil.....	103
2.4.4 A proibição de contratar e de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.....	106
2.4.5 A perda da função pública	111
2.4.6 A suspensão de direitos políticos	120
2.5 Prescrição.....	123
3 A solução consensual de conflitos no domínio da improbidade administrativa	131
3.1 A jurisdição estatal e a coexistência de múltiplos mecanismos de solução de conflitos.....	131
3.2 A solução consensual dos conflitos de interesses.....	138
3.3 A solução consensual de conflitos e a Fazenda Pública.....	145
3.4 A sanção no domínio da improbidade administrativa: da unilateralidade à consensualidade	150
4 Regime jurídico do acordo de não persecução civil	161
4.1 O acordo de não persecução civil	161
4.2 Os possíveis momentos de celebração do acordo.....	172
4.3 A pactuação pelo Ministério Público e a participação da pessoa jurídica lesada	184
4.4 A possibilidade de celebração do acordo com apenas parcela dos responsáveis ou beneficiários.....	188
4.5 A pactuação da sanção de suspensão de direitos políticos	189

4.6 O ajuste sobre a sanção de perda da função pública.....	200
4.7 O ressarcimento integral do dano	203
4.8 A homologação interna pelo órgão superior do Ministério Público	207
4.9 A homologação judicial do acordo.....	212
4.10 O ANPC e a prescrição	219
4.11 O ANPC e a possibilidade de suspensão da ação de improbidade administrativa	221
4.12 A colaboração para a obtenção de provas.....	223
4.13 Cláusulas essenciais ao acordo de não persecução civil	226
Conclusão	237
Referências.....	253